

### Formulário de Resposta aos recursos – C. ESPECÍFICOS NS01 - ADVOGADO

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 37 TIPO 2: 48 TIPO 3: 36	<p>A alternativa correta é a (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.</p> <p>Justificativa:</p> <p>I - Correta: A definição de órgão como unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública está em consonância com os princípios do direito administrativo.</p> <p>II - Correta: A Administração, no contexto da Lei nº 14.133/2021, compreende os órgãos e entidades pelos quais a Administração Pública exerce suas funções.</p> <p>III - Correta: A definição de licitante apresentada na afirmativa corresponde ao conceito encontrado na legislação, abrangendo tanto aqueles que participam ativamente do processo licitatório quanto os fornecedores ou prestadores de serviço que oferecem propostas sob solicitação da Administração.</p> <p>IV - Incorreta: A definição de bens e serviços especiais está equivocada. Conforme a Lei nº 14.133/2021, bens e serviços especiais são aqueles que, pela sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser objetivamente definidos pelo edital mediante especificações usuais de mercado.</p>	DEFERIDO	ALTERADO PARA LETRA A
TIPO 1: 39 TIPO 2: 42 TIPO 3: 38	<p>Alternativa correta letra B –</p> <p>Sobre a letra (E) O Artigo 5º, inciso XVII, estabelece que a criação de associações é livre, dependendo apenas de registro na forma da lei, e veda a interferência estatal em seu funcionamento. Já o inciso XVIII trata das cooperativas, cuja criação também independe de autorização, mas prevê o estímulo e o apoio do poder público, na forma da lei, ao cooperativismo. A alternativa omite a possibilidade de estímulo, apoio e fiscalização estatal sobre as cooperativas, conforme previsto em lei.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 41 TIPO 2: 50 TIPO 3: 43	<p>Alternativa correta letra C –</p> <p>Sobre a alternativa E) Estrangeiros com cidadania brasileira são brasileiros naturalizados, logo não são estrangeiros. O Artigo 12, inciso II da Constituição Federal estabelece que são brasileiros naturalizados aqueles que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral. O § 2º do mesmo artigo estabelece que a lei não poderá estabelecer distinção entre</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.		
TIPO 1: 42 TIPO 2: 45 TIPO 3: 40	<p>A alegação de que a alternativa C seria correta caso houvesse correção de um suposto “erro material grosseiro” não procede, pois a alternativa contém inconsistências conceituais e jurídicas substanciais, e não meramente materiais.</p> <p>O texto da alternativa C afirma:</p> <p>“Os ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal de Justiça, aplicando-a eles, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.”</p> <p>Erro 1: Nome incorreto do órgão - “Supremo Tribunal de Justiça”</p> <p>Esse órgão não existe na estrutura do Poder Judiciário brasileiro. O correto seria “Superior Tribunal de Justiça (STJ)”. Esse equívoco compromete a validade da alternativa, pois não se trata apenas de um erro de digitação ou forma, mas sim de uma referência inexistente na ordem constitucional brasileira, o que torna a assertiva inexata e inidônea.</p> <p>Erro 2: Interpretação equivocada do art. 40 da CF</p> <p>O artigo 40 trata do regime de previdência dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do DF e dos Municípios. Aplicá-lo diretamente aos Ministros do TCU, que gozam de regime jurídico próprio com garantias e prerrogativas análogas à magistratura, gera confusão normativa. A Constituição, no art. 73, §3º, dispõe claramente:</p> <p>“Aplicam-se aos Ministros do Tribunal de Contas da União, no que couber, as normas relativas à magistratura.”</p> <p>Portanto, a referência ao artigo 40 não é tecnicamente correta e não corresponde à redação constitucional específica sobre os Ministros do TCU.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 44 TIPO 2: 38 TIPO 3: 50	<p>A questão pede para assinalar a exceção.</p> <p>(A) Os donos dos hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimento onde se albergue por dinheiro, excetuando para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.</p> <p>Esta alternativa está correta de acordo com o Artigo 932, inciso IV, do Código Civil brasileiro, que estabelece que são também responsáveis pela reparação civil "os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, pelos seus hóspedes, moradores e educandos". A exceção para fins de educação também está implícita no contexto legal, pois a responsabilidade sobre educandos em estabelecimentos de ensino é tratada em outro inciso (V).</p>	DEFERIDO	ALTERAR GABARITO PARA B

	<p>(B) Os pais são civil e penalmente responsáveis pelos atos ilícitos de seus filhos menores, independentemente de comprovação de culpa ou supervisão, inclusive por danos extrapatrimoniais e coletivos.</p> <p>Esta alternativa está incorreta (e, portanto, é a resposta para a pergunta "EXCETO"). Embora os pais sejam civilmente responsáveis pelos atos ilícitos dos filhos menores de forma objetiva (sem necessidade de comprovação de culpa), a responsabilidade penal é pessoal e subjetiva, exigindo a demonstração de culpa do agente. Os pais não são automaticamente responsabilizados penalmente pelos atos dos filhos apenas em razão do parentesco.</p> <p>(C) Tutores respondem objetivamente por todos os atos ilícitos praticados por seus curatelados, independentemente de comprovação de culpa, capacidade de discernimento do assistido ou efetivo controle sobre a conduta.</p> <p>Esta alternativa está correta com base no Artigo 932, inciso II, do Código Civil, que estabelece a responsabilidade dos tutores e curadores pelos atos ilícitos de seus tutelados ou curatelados. Essa responsabilidade é objetiva, ou seja, independe da comprovação de culpa do tutor ou curador. O objetivo da lei é proteger a vítima do dano, responsabilizando aquele que tem o dever de cuidado e vigilância sobre o incapaz.</p> <p>(D) O empregador ou comitente, que por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.</p> <p>Esta alternativa está correta conforme o Artigo 932, inciso III, do Código Civil, que estabelece a responsabilidade do empregador ou comitente pelos atos de seus empregados, serviçais e prepostos no exercício do trabalho ou em razão dele. Essa responsabilidade é objetiva para o empregador (conforme também a Súmula 341 do Superior Tribunal de Justiça).</p> <p>(E) Serão solidariamente responsáveis, sem limite de valor, todos que de qualquer forma tiverem contato com bens oriundos de crime, ainda que sem conhecimento da origem ilícita.</p> <p>Esta alternativa está correta em consonância com a legislação que combate a lavagem de dinheiro e outros ilícitos. A Lei nº 9.613/98, por exemplo, prevê a responsabilidade solidária daqueles que, de alguma forma, se beneficiam ou têm contato com bens provenientes de crime, mesmo que em certas situações a demonstração do conhecimento da origem ilícita seja relevante para a comprovação do delito de lavagem. A finalidade é dificultar a circulação e o aproveitamento de bens ilícitos e garantir a reparação dos danos causados. Embora possa haver nuances e debates jurídicos sobre a extensão dessa</p>		
--	--	--	--

	responsabilidade em casos de boa-fé comprovada e ausência de benefício direto, a afirmação geral da responsabilidade solidária para fins de reparação se alinha com os princípios legais.		
TIPO 1: 47 TIPO 2: 43 TIPO 3: 39	<p>A alternativa correta é a (A).</p> <p>(A) Prazos legais decorrem da própria lei, não sendo possível alteração e exemplo disso são os Embargos de Declaração cujo prazo são cinco dias. Esta alternativa é a mais correta. Os prazos legais são aqueles estabelecidos diretamente pela lei, como o prazo de 5 dias úteis para a interposição dos Embargos de Declaração, conforme o Artigo 1.023 do Novo CPC. Embora, em algumas situações específicas e por meio de negócio jurídico processual (Art. 190), as partes possam convencionar sobre o procedimento, essa possibilidade não se aplica à natureza essencialmente legal e improrrogável de alguns prazos recursais, como o dos Embargos de Declaração. A afirmação "não sendo possível alteração" é uma generalização que possui exceções (negócio jurídico processual), mas no contexto específico do prazo para Embargos de Declaração, ele é um prazo legal e peremptório.</p> <p>(B) Os prazos processuais são fixados discricionariamente pelo juiz, na falta de lei, podendo as partes livremente estipular prazos para suas manifestações. Esta alternativa está incorreta. Os prazos processuais são primariamente estabelecidos por lei. Na ausência de disposição legal, o juiz pode fixar prazos, mas não de forma totalmente discricionária, devendo observar a razoabilidade e a finalidade do ato. A estipulação de prazos pelas partes é possível por meio de negócio jurídico processual (Art. 190), mas não é totalmente "livre", devendo respeitar os limites legais.</p> <p>(C) Os prazos convencionais decorrem do negócio jurídico processual em que as partes não podem alterar, nem em comum acordo, a duração dos prazos, sendo eles legais ou ilegais. Esta alternativa está incorreta. Os prazos convencionais realmente decorrem do negócio jurídico processual, mas o Artigo 190 do Novo CPC permite que as partes, de comum acordo e sendo plenamente capazes, estipulem mudanças no procedimento, incluindo a alteração de prazos, desde que o processo verse sobre direitos que admitam autocomposição e não haja prejuízo a terceiros ou à eficiência do processo. Prazos "ilegais" é um termo contraditório no contexto jurídico.</p> <p>(D) Os prazos hoje em dia são contados em dias corridos, contabilizando feriados e finais de semana. Esta alternativa está incorreta. O Artigo 219 do Novo CPC estabelece que os prazos processuais são contados em dias úteis, excluindo o dia</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>do começo e incluindo o dia do vencimento, conforme o Artigo 224. Feriados e finais de semana não são contabilizados, salvo disposição legal em contrário.</p> <p>(E) A contagem do prazo deve incluir o dia do início do prazo, da contagem e considerar o dia do vencimento do prazo. Esta alternativa está incorreta. De acordo com o Artigo 224 do Novo CPC, na contagem dos prazos processuais em dias, exclui-se o dia do começo e inclui-se o dia do vencimento.</p>		
<p>TIPO 1: 50</p> <p>TIPO 2: 39</p> <p>TIPO 3: 49</p>	<p>A alternativa INCORRETA é a (C).</p> <p>(A) CORRETA: O Artigo 579 do Código Civil define o comodato como o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, e o Artigo 581 estabelece que ele se perfaz com a tradição do objeto.</p> <p>(B) CORRETA: O Artigo 586 do Código Civil define o mútuo como o empréstimo de coisas fungíveis, e o Artigo 587 obriga o mutuário a restituir o que recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.</p> <p>(C) INCORRETA: O Artigo 595 do Código Civil estabelece que, no contrato de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas, e não três.</p> <p>(D) CORRETA: O Artigo 613 do Código Civil dispõe que, se o empreiteiro só forneceu mão de obra, todos os riscos em que não tiver culpa correrão por conta do dono.</p> <p>(E) CORRETA: O Artigo 653 do Código Civil define o mandato como o negócio jurídico pelo qual alguém recebe poderes de outrem para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses, sendo a procuração o instrumento desse contrato.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO